



os antípodas. o futuro das publicações anarquistas de outrora

christian ferrer

Nos livros de textos das escolas anarquistas do início do século XX, apresentavam-se aos alunos, tipicamente, problemas como o seguinte: “dado que um operário confecciona três chapéus por jornada, sendo remunerado com uma peseta cada um, e dado que o patrão da fábrica os vende a 10 pesetas, quanto dinheiro o patrão roubou do operário?”. Estas escolas chamavam-se “racionalistas” e seu criador foi o catalão Francesc Ferrer i Guàrdia, fomentador do livre pensamento, colocado diante de um pelotão de fuzilamento em 1909. Nas suas escolas não se praticava a dissecação viva dos animais. Levavam-se as crianças em excursão para aproximá-las das ruas, do céu sob caramanchões, do reino animal. Tampouco se dava muita importância às diferenças de posições entre alunos e professores. Todos aprendiam. E aprendiam que no mundo futuro não haveria hierarquias, prisões, polícias, políticos, deuses, exércitos, maridos, nem sequer arreo para o gado seguir aos matadouros: simples e contundente, mesmo

Christian Ferrer é sociólogo e professor na Universidade de Buenos Aires.



que inconcebível. Em todo caso, seu futuro era o oposto de nossa atualidade. Seu antípoda.

Vale recuperar hoje em dia o espanto que naqueles dias suscitaram temas anarquistas como “A propriedade é um roubo”, de Pierre-Joseph Proudhon, “A anarquia é a mais alta expressão da ordem”, do príncipe Piotr Kropotkin, “A paixão pela destruição é também uma paixão criadora”, de Mikhail Bakunin, ou a mais anônima e generalizada “Nem Deus, nem Amo”. Essa gente não pretendia “melhorar” a sociedade, mas transtorná-la e recompô-la sobre fundamentos não hierarquizados e amistosos. Nada mal. E, sem dúvida, instigaram os burgueses ao pânico e ao desdém dos subjugadores e dos que gostam de mandar, porque não apelavam a uma manhã melhor, como fazem os políticos de todas as épocas, mas a outro porvir. Na iconografia ácrata de então se destacam as repetidas figuras de trabalhadores hercúleos a ponto de desferir uma porrada sobre as fábricas fumegantes. Não é o capitalista – não unicamente – o objeto da iminente demolição, mas a sociedade industrial inteira. Quando imaginavam o futuro, não era entre linhas de montagem, mas com sol, em cenários que reuniam bucolismo e sensualidade, na Arcádia ou no éden, em uma terra indolor e frutífera. É a glória dos castigados de sempre, um lugar onde não se sofre mais, e onde se pode sofrer em paz.

Inimigos de todo poder de plantão, os anarquistas jamais se empenharam em executar uma revolução “política”. Quando assinavam suas correspondências, o faziam com “Saúde e RS”, isto é “Revolução Social”. Não queriam escalar a pirâmide, a fim de não reproduzir seu plano arquitetônico: o futuro estava antes e não depois. Não há colheita sem prévia sementeira e estas sementes mais tarde se chamariam “contraculturais”. Eram elas: a autarquia individual, a orga-



Os antípodas. O futuro das publicações anarquistas de outrora

nização social por afinidade, o amor ao mundo, a procriação consciente, a ação direta, o nudismo, o vegetarianismo, a emancipação feminina, a ajuda mútua, a deserção ao chamado para as fileiras, a aversão ao voto, a distribuição da invenção do Dr. Condom¹ nos subúrbios de operários. Nada mais distante do que se entende agora por luta sindical e política. Por comparação, o progressismo contemporâneo é pusilânime. Em suma, o futuro previsto supunha uma inversão cultural muito anterior, de maneira que, quando chegasse o grande momento, até a última pessoa na Terra já estaria transformada em anarquista. Assim, o tempo da promessa era o daqueles dias e não um sonho para um dia quem sabe. Era preciso mudar a vida e para isso o tempo devia girar em espiral, contra si mesmo, até acontecer o mundo novo. O lema anarquista sempre foi “Viva agora tão livremente como gostaria de viver no futuro”.

Em particular, o impulso ao “amor livre!” – e nisso eles foram insistentes em suas publicações, valendo-lhes a frequente atribuição de promotores da poligamia – e demais questões do final do século XIX, época de consolidação do casamento burguês, quando até o bisavô de Mitt Romney, atual candidato republicano à presidência dos Estados Unidos, teve de fugir para o México perseguido como “mórmon bígamo”. Em 1896, publicou-se em Buenos Aires um folheto intitulado “*Un episodio de amor en la Colonia Cecilia*”, no qual se conta a história verdadeira de uma mulher anarquista que se tornou parceira, simultaneamente, de dois companheiros. Também, inclui as respostas que ela, Eléda, deu a uma pesquisa sentimental sobre o amor tripartido. A Colônia Cecília era uma comunidade utópica fundada seis anos antes por duzentos anarquistas vindos da Itália, em terreno cedido por Pedro II, Impe-



rador do Brasil, no estado do Paraná². O experimento se prolongou por quatro anos e a publicação do folheto, em uma coleção intitulada “Propaganda emancipadora entre as mulheres”, tinha por objetivo propagar o “amor plural” ou “poliamor”, um lema radical de ontem e hoje, difundido pelo ácrata francês Émile Armand em suas revistas *l'Ère Nouvelle*, *L'Anarchie* e *L'Unique*. Um ano depois, em 1897, o periódico *La Autonomia*, publicado em Buenos Aires, incluía este enunciado em sua fachada: “Só há uma doutrina na vida. Esta doutrina tem uma só fórmula. Esta fórmula uma só palavra. Gozar”. Sem dúvida, os anarquistas estavam neste mundo, mas em nome de outro mundo.

Considere-se, agora, nossa distância do passado. Três anos atrás, o Parlamento argentino aprovou uma lei que autorizava o casamento entre pessoas do mesmo sexo, um rito a mais na inclusão da maior quantidade de “identidades” no interior do Estado de direito. Mas o matrimônio civil sempre pareceu aos anarquistas como uma carolice laica, ou seja, a melhor síntese possível entre sexo e dinheiro, em detrimento de outras invenções afetivas “mais amigáveis”; além disso, para celebrá-lo, já havia a Igreja. Assim como na política, a presença parlamentar da minoria confere legitimidade à maioria eleitoral, o casamento de “minorias” faz o mesmo com o contrato clássico, que só é suportável hoje devido à cláusula legal do divórcio, que antecipa seu fracasso, logo redimido por obstinadas reincidências. Numa época anterior, a demanda de sexo “pré-matrimonial” supunha a defesa do monopólio em si mesmo. De outro lado, os anarquistas difundiram várias alternativas, sendo a mais frequente a união livre entre duas vontades sem intervenção alguma da Família, Igreja ou Estado, pelo tempo enquanto o afeto perdurasse; mas também os anarquistas se sentiram



Os antípodas. O futuro das publicações anarquistas de outrora

estimulados a inventar relações amorosas mais livres, seja lá o que isso significasse, ou a repelir em bloco a convivência nela mesma, tal como expressou cáustica e virulentamente Max Stirner n’*O único e sua propriedade*, bíblia do anarco-individualismo: “Os crimes surgem das ideais obsessivas. O matrimônio é uma ideia obsessiva”.

E é certo, que um dos membros da Colônia Cecília foi um tal Ernesto Gattai, cuja filha, Zélia, se casaria na Bahia com o romancista Jorge Amado, que passaria ao papel aquela história de amor a três no seu livro *Dona Flor e seus dois maridos*, de 1966. Considere-se, ainda, que já no princípio do século XX, *La Protesta*, o jornal tradicional dos anarquistas argentinos, publicava na primeira página críticas à manutenção da virgindade entre as adolescentes; que Severino Di Giovanni³, declarado pela polícia federal como “inimigo público nº 1” dedicou seu tempo, entre uma expropriação a mão armada e outra, a publicar o folheto “*La virginidad stagnante*” [“A virgindade paralisante”], e que Federica Montseny, ministra da saúde anarquista da República Espanhola permitiu, em 1937, a interrupção voluntária da gravidez em hospitais públicos.

Em 1914, Pierre Quiroule, francês radicado na Argentina, desenhou o mapa de uma cidade libertária ideal, publicado com o título de *A cidade anarquista americana*. Seriam 10.000 habitantes, sem horários de trabalhos, com as crianças criadas coletivamente e muitas palmeiras pelas ruas. Nessa cidade haveria de tudo, nada importante escassearia, e não existiriam prisões. Se alguma instituição aborreceu os anarquistas, foi a prisão. São incontáveis as brochuras e livros – notoriamente, *As prisões*, de Piotr Kropotkin – dedicados a condená-la e a afirmar que sua revolução não admitia sua permanência. Um dos primei-



ros atos dos anarquistas, iniciada a Guerra Civil espanhola, foi a destruição a golpes de picareta da prisão feminina de Barcelona. Ao mesmo tempo, mas em Madri, o operário e toureiro anarquista Melchor Rodríguez, que seria o último prefeito da cidade antes da ocupação pelas tropas franquistas, dedicou-se a refugiar centenas de burgueses e gente de direita numa mansão expropriada a fim de protegê-los das turbas que queriam linchá-los. Preocupou-se, inclusive, em mantê-los protegidos por homens armados, seguindo o princípio de que a ética libertária se mede pelo tratamento dado aos adversários. Mas não houve nenhuma revolução socialista no século XX que se eximiu de levantar muros de prisões ou campos de concentração tão logo o poder de Estado mudasse de mãos: nem na Rússia, nem na China, nem na Mongólia, Camboja ou Cuba; tampouco, há esperança de que não ergam, no futuro, ainda mais prisões.

Não obstante, em 1971, *La Protesta* denunciou as “prisões do povo” que entraram na moda, primeiro com os Tupamaros, no Uruguai, e depois com os Montoneros, na margem oposta do rio: “Agora os guerrilheiros proclamam liberdade e justiça para alguns; para outros, repressão e cárcere. Voltam a dividir os homens em repressores e reprimidos, em bons e maus, em santos e demônios. Deram uma volta completa, chegando ao mesmo ponto. Por tudo isso a *prisão do povo* fede. Dos seus muros escapam miasmas que enjoam”. No mundo imaginado pelos anarquistas não haveria grades, o que não quer dizer que não tenham previsto outras formas de dirimir os inevitáveis conflitos.

Mas de algo não se sentiria falta nesse novo amanhã: não haveria líderes ou políticos. Os anarquistas diziam que os políticos democratas e republicanos vinham mascarados, ou melhor, eram ilusionistas – como os de hoje –, que os



Os antípodas. O futuro das publicações anarquistas de outrora

socialistas eram pouco menos que covardes pisando em ovos, e que os marxistas aspiravam fundar tiranias. Para eles não havia consigna mais impropriedade do que aquela que diz que quando alguém não se ocupa da política, a política se ocupa dele, pois isso supunha, justamente, ser transformado em político, em um ser bifronte, preocupado apenas com a manutenção da estrutura, ainda que em nome do bem comum. Foi, novamente, Max Stirner quem aclarou as coisas: “Eu não deixo uma religião por outra, um partido por outro, um sacrifício por outro; eu trabalho como sinto, eu não tenho outra causa que a minha”. De fato, a possibilidade de um futuro diferente ao que efetivamente triunfou na modernidade – a saber, a industrialização de todas as dimensões da vida social, incluindo corpos, animais e conhecimentos – esteve comprometida desde o começo porque as ideologias significativas dos séculos XIX e XX se enquadraram historicamente naquilo que chamamos “progresso”. Além disso, e sem exceções, dedicaram-se a inserir a imaginação política dos cidadãos em quadro amplo, *a representação*, que obscureceu qualquer outro horizonte no que concerne à justificação da verdade, ao entretenimento e à ação política. Ambos os processos convergem para o mesmo: o gozo mantido em estado de promessa permanente, ou seja, insatisfeito. O mais evidente, no entanto, é que a vida é algo que nos acontece antes de morrer. E agora já é tarde, enquanto o amor e a liberdade sempre exijam ser reinventados. Na sua época, o panorama futuro dos anarquistas parecia fantasioso ou inquietante, mas hoje nos parece enigmático, para não dizer hieroglífico. Se antes era meio impossível, hoje é quase impensável.

Tradução do espanhol por Edson Passetti e Thiago Rodrigues





Notas

¹ Conta-se que um Dr. Condom, no século XVII, teria inventado o preservativo masculino com tripas de animais para o rei Carlos II, da Inglaterra, com a intenção de conter o número de seus filhos ilegítimos (N.T.).

² A Colônia Cecília foi a primeira e mais expressiva experiência de coletividade libertária no Brasil. Instalada no interior do Paraná, em 1890, sob coordenação do agrônomo e anarquista italiano Giovanni Rossi, a Colônia reuniu cerca de 300 pessoas dedicadas à agricultura e ao artesanato, vivendo a partir de princípios de economia e sociabilidade libertários. Esgotada pela penúria material e pelas dificuldades impostas pelas autoridades brasileiras e pelos vizinhos proprietários, a Colônia foi extinta em 1894 (N. T.).

³ Sobre Severino de Giovanni e seu amor, América Scarfó, ver Christian Ferrer. “O coração empurpurado, epistolário e história” in *verve*, Nu-Sol/PUC-SP, n. 20, 2011, pp. 153-200 (N.T.).





verve

Os antípodas. O futuro das publicações anarquistas de outrora

Resumo

Breve ensaio sobre a singularidade da perspectiva libertária nos séculos XIX e XX, destacando o investimento anarquista na construção de relações e experiências livres em meio a sociedades autoritárias. Em tempos conservadores como os nossos, as projeções de futuro feitas pelos anarquistas históricos parecem estranhas, deslocadas e enigmáticas.

Palavras-chave: anarquismo, práticas libertárias, resistências.

Abstract

This brief essay is about the singularity of the libertarian perspective during the XIXth and XXth centuries, stressing the anarchist investment on the construction of freed relations and experiences within authoritarian societies. In conservative times like ours, the future projections by anarchists seem strange, displaced and enigmatic.

Keywords: anarchism, libertarian practices, resistances.

Recebido para publicação em 20 de fevereiro de 2012. Confirmado em 15 de março de 2012.

